

TERRITÓRIO E SINDICALISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DO NORTE FLUMINENSE (1995-2015)¹

TERRITORY AND UNIONISM IN BRAZIL: AN ANALYSIS FROM THE OIL WORKERS INDUSTRIAL UNION FROM THE STATE'S NORTHERN REGION (1995-2015)

TERRITORIO Y SINDICATOS EN BRASIL: UNA ANÁLISIS A PARTIR DEL SINDICATO DE PETROLEROS DEL NORTE FLUMINENSE

Maria Cecília Soares Cruz

Universidade Estácio de Sá – Polo de Campos dos Goytacazes.

E-mail: m.soarescruz@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo tem como finalidade analisar o uso do território brasileiro pelo movimento sindical contemporâneo, para compreender como os sindicatos atuam territorialmente. Como problemática, discutimos como os avanços do neoliberalismo, com a introdução da reestruturação produtiva no Circuito espacial de produção petrolífero, modificou a forma de produzir e as relações laborais. O objeto de análise será o Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, que atua por meio de greves gerais, buscando melhores salários e condições de trabalho, sobretudo para os trabalhadores terceirizados, que ganham menos, trabalham mais, são treinados em menor tempo e exercem as atividades mais perigosas nas plataformas, por isso estão mais propensos a sofrerem acidentes de trabalho. Os recursos metodológicos usados nesta pesquisa foram: literatura sobre o tema, coleta de dados, mapas e quadros. Por fim, observamos que mesmo com a atuação reduzida devido aos avanços do neoliberalismo, alguns sindicatos ainda lutam pelos seus trabalhadores, como por exemplo, o Sindipetro-NF.

PALAVRAS-CHAVE: sindicalismo no Brasil; Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense; território; circuito espacial de produção petrolífero.

ABSTRACT

This paper has the goal of analyzing Brazilian territory use by the contemporary union movement, understanding how unions operate territorially. As the main issue, we seek to understand how the advances of neoliberalism, with the introduction of productive restructuring in the Oil Production Spatial Circuit, changed the way of production and labor relations. The object of analysis is the Oil Workers Industrial Union from the State's Northern Region (Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense), which operates through strikes, seeking better wages and working conditions, especially for outsourced workers, who earn less, work more, are trained in less time and perform the most dangerous activities on the platforms, so they are more likely to suffer accidents at work. The methodological resources used in this research were: literature on the topic, data collection, maps and charts. Finally, we note that even with reduced performance due to the advances of neoliberalism, some unions are still fighting for their workers, such as Sindipetro-NF.

KEY-WORDS: unionism in Brazil; Oil Workers Industrial Union; territory; oil production spatial circuit.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo analizar el uso del territorio brasileño por el movimiento sindical contemporáneo, para comprender cómo los sindicatos actúan territorialmente. Como problema discutimos cómo los avances del neoliberalismo, con la introducción de la reestructuración productiva en el circuito espacial de la producción petrolera, cambiaron la forma de producir y las relaciones laborales. El objeto de análisis será el Sindicato de Petroleros del Norte Fluminense (Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense), que actúa a través de huelgas generales, buscando mejores salarios y condiciones de trabajo, especialmente para los trabajadores subcontratados, que ganan menos, trabajan más,

se capacitan en menos tiempo y ejercen las actividades más peligrosas en plataformas, por lo que tienen más probabilidades de sufrir accidentes de trabajo. Los recursos metodológicos utilizados en esta investigación fueron: literatura sobre el tema, recolección de datos, mapas y quadros. Finalmente, observamos que aún con desempeño reducido debido a los avances del neoliberalismo, algunos sindicatos aún luchan por sus trabajadores, como el Sindipetro-NF.

PALABRAS-CLAVE: sindicalismo en Brasil; Sindicato de Petroleros del Norte Fluminense; territorio; circuito espacial de producción de petróleo.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo, discorre sobre o uso do território brasileiro, pelos sindicatos no período contemporâneo, tendo como recorte analítico o Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF). O período pesquisado foi de 1995 a 2015 e buscamos compreender como se dá a atuação do Sindipetro-NF, frente aos desmandos do capital, defendendo seus trabalhadores, sobretudo os trabalhadores terceirizados, que recebem salários menores e ficam mais propensos a sofrer acidentes de trabalho, porque exercem nas plataformas os trabalhos mais perigosos (CRUZ, M., 2016; CRUZ, M., 2017).

A análise geográfica, se dará por meio da utilização do conceito de *território usado*, de Santos (1994). Para o geógrafo, o *território usado*, se dá por meio de seu uso pela sociedade. O *território usado*, é o mesmo que espaço geográfico, e quando o utilizamos, precisamos investigar como ocorre a integração do território (SANTOS, 1994). O uso do território ocorre através da implantação de infraestruturas e pela interação entre a economia e a população (SANTOS; SILVEIRA, 2012). O território usado é composto por um sistema de ações e um sistema de objetos. Os objetos seriam os meios de produção e as ações seriam o ato de produzir executado pelos trabalhadores (SANTOS, 2009). Neste território haveria as horizontalidades que são os espaços vizinhos, de todos, o espaço banal, e as verticalidades que correspondem aos pontos distantes, interligados por redes. O espaço banal e o espaço em redes se dão no mesmo território e ao mesmo tempo, devido a evolução tecnológica, engendrando novas solidariedades, que unem as pessoas e os lugares, mesmo com as diferenças entre eles, caracterizando um acontecer solidário (SANTOS, 1994). Os trabalhadores têm a ação de produzir; mas como são o tempo todo explorados pelo capital, podem ter a ação de parar os objetos por meio de greves. Esse uso do território pelo movimento sindical corresponde à formação de horizontalidades e as empresas seriam o eixo das verticalidades (CRUZ, M., 2014). No artigo, também utilizamos como conceito os *circuitos espaciais de produção* (SANTOS, 1986;

MORAES, 1991), que seriam as etapas em que o produto passa até chegar ao consumidor, evidenciando o movimento do território e suas conexões.

Com o anúncio da existência de petróleo na Bacia de Campos, na década de 1970, o Norte Fluminense passou a se sobressair como região de extração de petróleo *offshore*, ao mesmo tempo em que ocorria o solapamento da atividade açucareira, com o sucateamento das usinas. Com a chegada da atividade petrolífera na região, tornou-se necessária a presença de um sindicato, para defender os trabalhadores do setor petróleo, com isso em 1995, foi fundado o Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense.

A questão central deste artigo, é compreender como a globalização modificou a forma de produzir e as relações de trabalho nas plataformas de extração de petróleo, e como o Sindipetro-NF mudou suas ações frente a isso, dado a nova forma de usar o território, e assim temos a hipótese de que as mudanças no mundo do trabalho, com o surgimento da terceirização, criaram uma relação desigual entre os trabalhadores, dificultando e enfraquecendo os sindicatos, reduzindo o poder dos trabalhadores, sobretudo os terceirizados.

A metodologia utilizada, neste artigo, consistiu na leitura de livros que abordam os conceitos e temas que foram utilizados neste trabalho e levantamento de dados secundários, para a elaboração de quadros e mapas. Na pesquisa, também foram coletados dados primários. Com isso, realizamos entrevistas (semiestruturadas) no Sindipetro-NF, com os diretores sindicais. O artigo está estruturado da seguinte forma: discorrer sobre o início do movimento sindical no território brasileiro, devido a implantação das primeiras indústrias; falar sobre as modificações causadas pela introdução da reestruturação produtiva no meio laboral e suas consequências negativas, e como os sindicatos atuam minimizando-as; analisar o Sindipetro-NF e seu uso do território, defendendo os trabalhadores das mazelas impostas pelo capital, por meio de greves e manifestações.

2. OS SINDICATOS E O TERRITÓRIO BRASILEIRO

As primeiras indústrias no Brasil despontaram em meados do século XIX, num período em que ainda não havia a integração do território (SANTOS; SILVEIRA, 2012). Em 1907, o Rio de Janeiro se destacava na produção industrial, mas logo foi ultrapassado por São Paulo na década de 1920. O Rio Grande do Sul, também dava os primeiros passos na produção industrial. Nesse período o setor secundário não era o principal do país, onde se destacava o setor primário, com a produção de café,

principalmente em São Paulo. O Norte do Paraná e o Triângulo Mineiro, se sobressaíam na exportação do café, com destaque para o porto de Paranaguá no Paraná (SANTOS; SILVEIRA, 2012). Em Campos dos Goytacazes, cidade onde se localiza o Sindipetro-NF, as primeiras indústrias surgiram atreladas ao setor primário, com a produção açucareira, em 1879, sendo a primeira de muitas, a Usina Central do Limão (CÂMARA MUNICIPAL, 2014). No início do século XX, o movimento sindical teve sua origem, com as sociedades de Apoio Mútuo no Rio de Janeiro e São Paulo que eram os estados que concentravam as indústrias (ANTUNES, 1988); estas eram apenas assistencialistas auxiliando os trabalhadores com serviços de saúde, em momentos de desemprego, invalidez e morte, custeando o enterro, sem lutar por melhorias de forma mais combativa, por meio de greves por exemplo (PAULA, 2011). Depois vieram as Uniões Operárias, que concentravam operários por ramo industrial e que posteriormente deram origem aos primeiros sindicatos do país (ANTUNES, 1988). Os sindicatos surgiram no território a partir da necessidade dos trabalhadores de terem um órgão que pudesse defender seus direitos perante os patrões, buscando melhorias salariais e condições de trabalho mais salubres. Em Campos dos Goytacazes, o primeiro sindicato surgiu atrelado a atividade comerciária, que era forte na cidade, sobretudo graças ao fato de que toda vez que ocorre a implantação de uma indústria em um território, esta atrai outros empreendimentos, como por exemplo, os comércios. Assim em 1897², foi fundado o Sindicato dos Comerciários, sendo desde os primórdios um sindicato assistencialista, que nunca buscou uma luta mais ativa, por meio de greves, por exemplo. Posteriormente em 1933, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar, como a indústria açucareira se destacava, surgiu a necessidade de criar um sindicato para defender seus trabalhadores, em busca de melhores salários e condições de trabalho. Em princípio defendia tanto os empregados da lavoura de cana quanto os operários da usina, que logo depois excluiu os trabalhadores da lavoura, em troca de benefícios como jornada de oito horas diárias e férias anuais, traindo os trabalhadores da lavoura, numa manobra do governo (FERREIRA, 2015).

No Quadro 1, podemos constatar que a cidade de Campos se destaca no setor terciário, de comércio e serviços, posto que parte dos sindicatos defendem trabalhadores desse setor. Temos também sindicatos ligados ao setor público, grande gerador de empregos, como é o caso do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE) e do Sindicato dos Bancários, bastante atuantes no território campista, juntamente ao Sindicato dos Petroleiros, que é o grande

mobilizador de lutas da região e se alia a outros movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Podemos observar também que a maior parte dos sindicatos atuam nas Regiões Norte e Noroeste Fluminense.

Quadro 1 – Sindicatos atuantes em Campos dos Goytacazes – 2015.

Sindicatos	Base territorial
1- Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade	Norte Fluminense
2- Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE)	Campos dos Goytacazes
3- Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Produtos Químicos	Norte e Noroeste Fluminense
4- Sindicato dos Trabalhadores em Escritório de Empresas do Transporte Rodoviário	Campos dos Goytacazes
5- Sindicato dos Bancários de Campos	Norte e Noroeste Fluminense
6- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações Operadores de Mesa Telefônica Particular de Campos	Norte e Noroeste Fluminense
7- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Campos	Norte e Noroeste Fluminense
8- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil de Campos	Norte e Noroeste Fluminense
9- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica	Norte e Noroeste Fluminense
10- Sindicato dos Trabalhadores em Saneamento	Norte e Noroeste Fluminense
11- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Açúcar e Alcool de Campos	Norte e Noroeste Fluminense
12- Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas	Norte Fluminense
13- Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Campos	Norte e Noroeste Fluminense
14- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos	Norte Fluminense
15- Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Rodoviário de Campos	Campos dos Goytacazes
16- Sindicato dos Petroleiros (Delegacia)	Norte Fluminense
17- Sindicato dos Trabalhadores na Previdência Social	Norte Fluminense
18- Sindicato dos Empregados em Postos de Serviço de Combustíveis e Derivados de Petróleo	Campos dos Goytacazes, Cabo Frio, Nova Friburgo e Macaé
19- Sindicato dos Professores e Funcionário Públicos de Campos (SIPROSEP)	Campos dos Goytacazes
20- Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica	Campos dos Goytacazes

21- Sindicato dos Professores (SINPRO)	Campos dos Goytacazes e São João da Barra
22- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cerâmica de Campos	Norte e Noroeste Fluminense

Fonte: Pesquisa de campo, CRUZ, 2016; Dados obtidos na Subdelegacia de Campos dos Goytacazes do Ministério do Trabalho e Emprego, em dezembro de 2015; Organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2021.

Os sindicatos no território brasileiro passaram por períodos de repressão e florescimento. Nas décadas de 1930 e 1960, respectivamente, durante o governo de Getúlio Vargas e no período da Ditadura Militar, os sindicatos foram duramente reprimidos (ANTUNES, 1988; CARDOSO, 2002). Na década de 1960, já havia uma integração do território e novas próteses foram introduzidas, como a construção de mais estradas e a modernização das já existentes. A partir desse momento São Paulo se tornou a cidade polo, polarizando as cidades periféricas ao seu redor (SANTOS; SILVEIRA, 2012). Na década de 1980, tivemos o auge do movimento sindical no Brasil, com o Novo Sindicalismo, onde o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, que defendia os trabalhadores do setor automobilístico, liderou várias greves e manifestações, com uma postura combativa e trouxe para os trabalhadores vários ganhos. Um dos principais líderes sindicais desse período foi Luís Inácio Lula da Silva, que nesse período junto com outros companheiros de luta, fundou o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (RODRIGUES, L., 1991; RODRIGUES, I, 1999).

3. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A FRAGMENTAÇÃO DOS SINDICATOS NO BRASIL

Da década de 1990 em diante, os sindicatos passaram a sofrer com os avanços da globalização, devido a reestruturação produtiva, que levou a mudanças significativas no meio laboral, tanto na forma de produzir quanto nas relações de trabalho, com a inserção das terceirizações, que retiram dos trabalhadores boa parte dos direitos trabalhistas. A reestruturação produtiva, capitaneada pelo *toyotismo*, que se inicia na década de 1980 (ANTUNES, 2003), modificou o modo de produzir: o trabalho passou a ser feito em grupo com a manufatura de células (DALLEASTE, 2011), em que o trabalhador opera com diversas máquinas ao mesmo tempo; o célebre termo *just-in-time*, em que o trabalho é executado em menor tempo, conforme a demanda, sem excedentes, com isso, a produção passou a ser horizontalizada, tornando-se flexível, reduzindo seus custos e, dentro dessa lógica, também é necessário diminuir os custos com o trabalhador (ANTUNES, 2003; ANTUNES; DRUCK, 2014), que passa a ser terceirizado. Antunes (2003), destaca que na década

de 1980, houve diminuição no número de sindicalizados e greves, nos países do centro. A terceirização da mão de obra ocorre quando uma empresa contrata trabalhadores de outras empresas, para trabalhar, assim a empresa contratante gerencia o trabalho e a subcontratada fica responsável por remunerar esses trabalhadores (ANTUNES, 2003; ANTUNES; DRUCK, 2014), que recebem bem menos do que os trabalhadores contratados diretamente pela empresa. Com isso, o contrato deixa de ser trabalhista, entre empresa e trabalhador e passa a ser comercial ou civil entre empresa e empresa (ANTUNES, 2003; ANTUNES; DRUCK, 2014). De acordo com a legislação brasileira, os terceirizados só podem exercer atividades-meio e não atividades-fim (ANTUNES; DRUCK, 2014). No entanto, diariamente muitos terceirizados exercem atividades-fim nas empresas (MARCELINO, 2014), o que gera fragmentação entre os trabalhadores, porque embora exerçam a mesma atividade, o contratado terá mais direitos garantidos do que o terceirizado. Assim, os sindicatos passam a sofrer fragmentação, uma vez que em um mesmo sindicato, teremos trabalhadores contratados e terceirizados, com isso, essas instituições precisam lutar por demandas diferentes para cada tipo de trabalhador. Isso gera rivalidade entre a classe trabalhadora, onde o terceirizado, na maior parte das vezes, não tem direito à carteira assinada, o contrato é temporário, o salário é menor e a jornada de trabalho é maior, ou seja, trabalha mais e ganha menos (ANTUNES; DRUCK, 2014). Se a terceirização já ocorre, de forma ilegal, para agravar a situação temos o Projeto de Lei 4.330³, que defende a total liberdade da atividade terceirizada no país. Se for aceita, essa lei vai legitimar o exercício das atividades-fim, pondo em risco os direitos trabalhistas. Por meio de protestos de sindicatos, centrais e outros movimentos sociais, a votação do projeto de lei foi retardada (ANTUNES; DRUCK, 2014). Vale ressaltar, como veremos adiante, que os petroleiros terceirizados defendidos pelo Sindipetro-NF, exercem atividades-fim, indo contra a lei. Com isso, ficam mais expostos a riscos, uma vez que são atividades mais perigosas e o tempo de treinamento é menor.

Com a introdução da reestruturação produtiva na Petrobras, na década de 1990, ocorreram várias mudanças. Podemos citar entre as modificações a inclusão de programas de qualidade, inserção da automação, novas técnicas gerenciais, diminuição do quantitativo de petroleiros concursados e aumento dos petroleiros terceirizados. Com isso, houve uma precarização das relações laborais, no modo de contratação, na representação sindical, na redução dos salários, na menor qualificação e nas jornadas de trabalho longas (PALMEIRA SOBRINHO, 2006). A Petrobras se

preocupava mais com a qualidade dos produtos, do que com o bem-estar dos trabalhadores. Com isso, lançou os Programas de Gestão de Qualidade Total (GQT), que buscavam diminuir os erros e o tempo ocioso na produção. Os trabalhadores passaram a sofrer pressão para produzir de acordo com os novos arranjos e aquele trabalhador que atingisse todas as metas, podia ser promovido, o que gerava competição entre eles. Somando a isso, as condições de trabalho eram insalubres, com carências relacionadas à higiene e segurança (PALMEIRA SOBRINHO, 2006). Segundo dados da FUP, entre 1995 e 2010, foram computados 283 óbitos por acidente de trabalho, sendo 228 de trabalhadores terceirizados. Isso acontece porque o terceirizado é treinado em menos tempo do que o efetivo (ANTUNES; DRUCK, 2014), para atender prontamente a demanda de serviços.

As operações da Petrobras e das empresas ligadas a ela, na extração de petróleo, ocorrem na cidade de Macaé, ficando para Campos, a tarefa de fornecer a mão de obra, que se forma em instituições de renome, como o Instituto Federal Fluminense (IFF), a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) (CRUZ, J., 2004) e a Escola Técnica de Campos (ETC), entre outras instituições públicas e privadas. Como a bacia petrolífera se encontra no território campista, a cidade recebe a maior parte dos *royalties* do petróleo, que é destinado a saúde e educação. O Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, foi fundado em 1995, a partir da necessidade de um sindicato mais próximo para defender os trabalhadores do setor petróleo, com a implantação da atividade petrolífera no Norte Fluminense. O Sindipetro tem sede em Macaé e delegacia sindical em Campos dos Goytacazes. O sindicato defende os trabalhadores que exercem atividades-fim, como perfuração, exploração e processamento de óleo e gás (SINDIPETRO NF, 2022), bem como também, os trabalhadores das bases administrativas de terra da Petrobras⁴. Entre os afiliados, tínhamos 8.854 concursados e 542 terceirizados⁵.

4. A ATUAÇÃO TERRITORIAL DA PETROBRAS NO NORTE FLUMINENSE

A cidade de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, tinha sua economia pautada na produção sucroalcooleira e, na década de 1970, com o anúncio da existência de petróleo, a Bacia de Campos passou a ser incluída no circuito espacial produtivo do petróleo, na etapa da extração em Macaé. Com isso, Campos e Macaé, passaram a receber os *royalties* e participações especiais do petróleo (CRUZ, J., 2004). Segundo Sandra Alves (2010), a atividade petrolífera está baseada no

meio-técnico-científico-informacional, e com isso o meio geográfico no qual ela se implanta se torna cada vez mais inserido no contexto da globalização. Atualmente o petróleo se destaca na economia global, como principal matriz energética e, por ser um recurso não renovável, termina sendo supervalorizado, no entanto, sua distribuição se dá de forma desigual no globo. A implantação da atividade petrolífera nos lugares atrai várias atividades correlatas e a migração de trabalhadores em busca de trabalho, modificando também a paisagem, a infraestrutura urbana, o comércio e os serviços, aumentando o PIB desses locais, que passam a se especializar com a ampliação da inserção de ciência e tecnologia, incrementando a quantidade, a intensidade e a qualidade dos fluxos que chegam e saem (ALVES, S., 2010). Daqui para frente, procuramos investigar como ocorre na Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, a extração de petróleo *offshore* na Bacia de Campos, que incorpora o circuito espacial de produção do petróleo, no território brasileiro. O Estado do Rio de Janeiro sofreu várias mudanças, devido a reestruturação produtiva, entre elas, a desconcentração espacial, heterogeneidade produtiva, otimização de custos e modernização da rede urbana (POSE; SILVA, 2014). Com isso, áreas que tinham sua economia centrada na atividade açucareira, passaram a ser produtoras de petróleo. Em todo o território brasileiro, o circuito espacial de produção petrolífero gera espaços desiguais, onde algumas áreas ficam responsáveis pela etapa da extração, como o Norte Fluminense e outras serão especializadas na etapa do refino, como Rio de Janeiro e São Paulo. De acordo com Pose e Silva (2014), o Norte Fluminense se tornou a principal região extratora do petróleo brasileiro sendo inserida em projetos de integração do território nacional. A etapa da extração do petróleo e gás natural na Bacia de Campos modificou não só o território do Norte Fluminense, mas também todo o Estado do Rio de Janeiro. Foi introduzido o segmento do *upstream* (exploração) em Macaé (POSE; SILVA, 2014) que atraiu diversas empresas relacionadas ao setor petrolífero e que são responsáveis pela contratação de trabalhadores terceirizados, entre elas a Halliburton, a Schlumberger, a BJ Service e a Falcão Bauer⁶. Com a inclusão do Norte Fluminense no circuito espacial de produção petrolífero, de acordo com Pose e Silva (2014), foi preciso aumentar os segmentos *midstream* (refino) e *downstream* (distribuição). Com isso ocorreu a ampliação da indústria naval, da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), dos oleodutos e gasodutos e a construção do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj) (POSE; SILVA, 2014). A sede da Petrobras e o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (Cenpes), se localizam na cidade do Rio de Janeiro. O Cenpes fica responsável pela pesquisa de novas tecnologias

na área do petróleo. Tanto a sede da empresa quanto seu centro de pesquisa são pontos que fazem parte de uma rede, estabelecendo verticalidades em todo o território brasileiro e interligados com o circuito global de produção do petróleo.

A etapa da extração, inserida no circuito espacial de produção petrolífero, abrange em Macaé o parque dos tubos, o porto de Imbetiba e o terminal de Cabiúnas, com 4.000 km de tubos submarinos. Em Campos, temos o aeroporto⁷ de Farol de São Tomé (CRUZ, J., 2004).

5. A PETROBRAS E OS SINDIPETROS: HORIZONTALIDADES E VERTICALIDADES NO CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DO PETRÓLEO NO BRASIL

Em 1939, foi confirmada a existência de petróleo em Lobato, na Bahia, com a perfuração de um poço de 210 metros de profundidade (DIAS; QUAGLINO, 1993). Posteriormente, em 1941, a exploração comercial de petróleo pelo governo brasileiro iniciou-se também na Bahia, em Candeias, na região do Recôncavo Baiano (ALVES, S., 2010). No mesmo ano, foi anunciado gás natural no campo de Aratu e, em 1942, petróleo em Itaparica (DIAS; QUAGLINO, 1993). Nesse período o petróleo no território brasileiro era explorado *onshore*, em campos terrestres. No ano de 1946 foi concedida a autorização para a criação da Refinaria Nacional de Petróleo. O governo queria criar uma sociedade de economia mista, que seria dirigida pelo Conselho Nacional do Petróleo (CNP), no período de dois anos e posteriormente colocaria suas ações a venda para privatizá-la, no entanto isso não foi concretizado, pois não houve interessados em comprar as ações e devido ao fato, de que naquela época o sentimento nacionalista estava fortalecido, sendo mais adequado manter a refinaria estatizada. Assim foi criada em 1950, na Bahia (SINDIPETRO-BA, 2022), a Refinaria de Mataripe, hoje Refinaria Landulpho Alves e recentemente, em 2021, foi vendida para Mubadala Capital por US\$ 1,65 bilhão (cerca de R\$ 9,1 bilhões), pela Petrobras, no atual governo neoliberal do presidente Jair Bolsonaro. A refinaria foi vendida abaixo do seu valor real, definido pela Petrobras em US\$ 3,04 bilhões, com isso, o Tribunal de Contas da União está analisando a possibilidade de barrar a venda da refinaria, graças a articulação do Sindipetro Bahia, da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e sindicatos, junto às bancadas da oposição e minoria no Congresso, e com a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobras (CRUZ, M., CRUZ, A., CRUZ, I., 2021). Em 1948, com o Estatuto do Petróleo, novas normas foram adicionadas para regular a questão do petróleo no país. O Estatuto legitimava a exploração de petróleo por parte das empresas estrangeiras sem

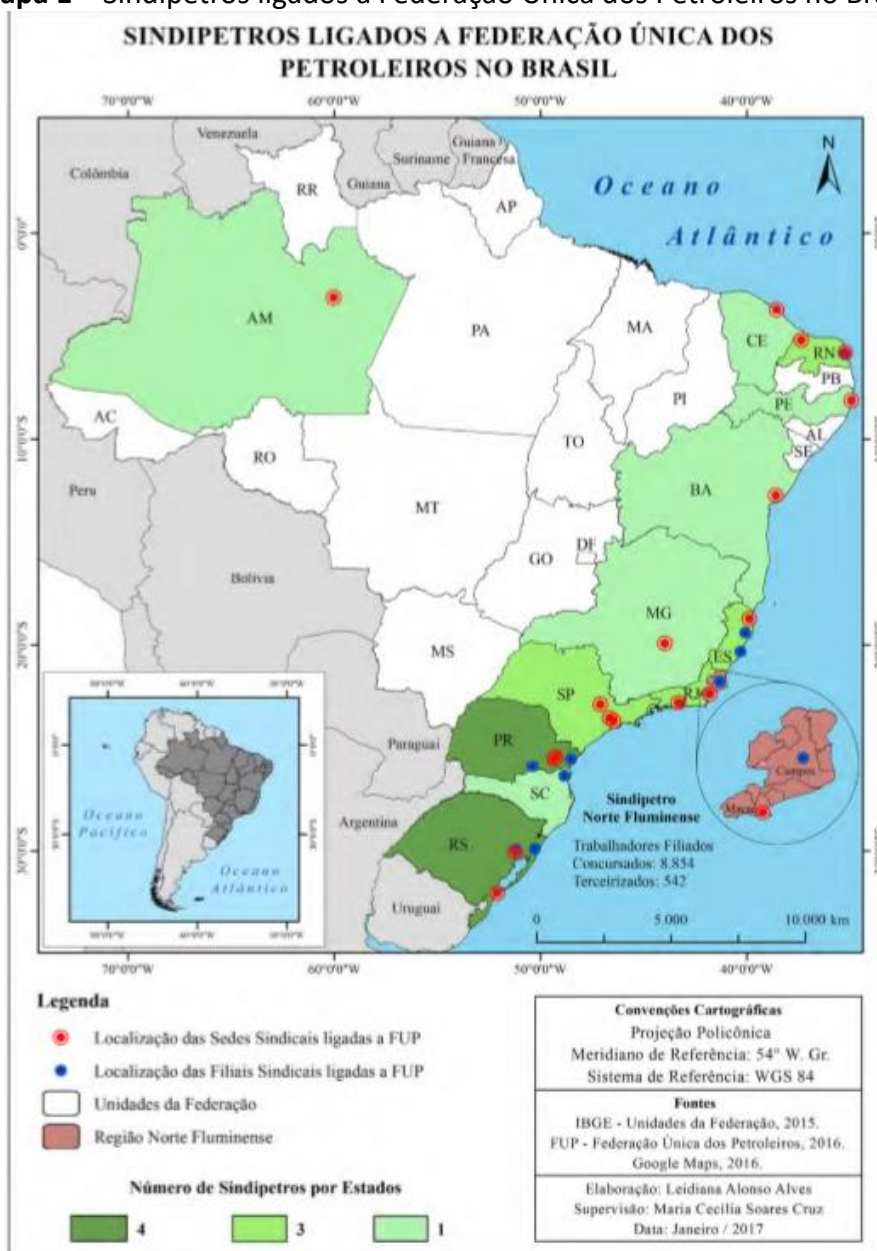
que elas tivessem a obrigação de consórcio com o capital nacional e concedia certa autonomia em relação ao refino, limitando sua participação a 40%. A partir de 1950, o CNP inseriu outros produtos para o abastecimento nacional devido à diversificação do mercado nacional com a industrialização pesada e a indústria petroquímica (DIAS; QUAGLINO, 1993). Em 1953 foi criada a Petrobras, e instalada em 1954 com sede no Rio de Janeiro (DUARTE, 2016), monopolizando a pesquisa, o refino e o transporte de petróleo e derivados (IANNI, 1991). A produção de petróleo centrada na indústria nacional levou a substituição de derivados importados e as empresas estrangeiras se limitaram apenas a tarefa de distribuir os produtos que a Petrobras produzia (DIAS; QUAGLINO, 1993), demonstrando a força da estatal desde o início. A fundação da Petrobras e a implantação de seus fixos no território brasileiro, levou a necessidade da criação de sindicatos para representar os trabalhadores do setor petróleo. O primeiro Sindicato dos Petroleiros se implantou na Bahia, Estado onde começou a produção de petróleo no território brasileiro, em 1957, o Sindicato dos Trabalhadores de Extração de Petróleo (STIEP) e, em 1959, o primeiro Sindipetro – Sindicato dos Petroleiros no Refino, também na Bahia (SINDIPETRO BA, 2022).

Em todo o território brasileiro, a Petrobras, estabelece verticalidades, pois o circuito espacial de produção do petróleo é formado por diversas etapas, que estão distribuídas distantes umas das outras; pontos que caracterizam uma rede de produção do petróleo, onde cada lugar se especializa em uma etapa diferente. Assim, alguns ficam responsáveis pela extração e outros pelo refino do petróleo. Trabalhamos com a hipótese, de que a chegada do circuito espacial de produção do petróleo, nos lugares, levou a formação de horizontalidades, representadas pelos Sindipetros, que estão o tempo todo buscando em conjunto, promover ações em prol da categoria petrolífera, de todas as etapas do circuito espacial de produção do petróleo, evidenciando uma contiguidade espacial.

Em todo o território brasileiro, temos 19 Sindicatos dos Petroleiros, e entre eles, 14 são filiados à Federação Única dos Petroleiros (FUP), e 5 são filiados à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP)⁸. Os Sindipetros ligados a FUP são afiliados a Confederação Nacional do Ramo Químico (CNQ) e a CUT. No território brasileiro, constatamos que a maior parte dos Sindipetros estão ligados a FUP (Mapa 1) e os Estados do Paraná e do Rio de Grande do Sul concentram a maior parte desses Sindipetros. Os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Norte, têm uma concentração média e os Estados do Amazonas, Santa Catarina, Minas Gerais,

Bahia, Ceará e Pernambuco, têm concentração baixa. No Mapa 1, temos em destaque, o Sindipetro Norte Fluminense, objeto de análise deste trabalho, com base territorial na Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. O Sindipetro-NF possui sede no município de Macaé e uma delegacia no município de Campos dos Goytacazes. O Mapa 2, apresenta os Sindipetros ligados a FNP, que estão em número reduzido no território brasileiro, concentrados sobretudo nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, depois em Sergipe, com concentração mediana, e finalmente nos Estados do Amazonas, Pará e Alagoas, com concentração baixa.

Mapa 1 – Sindipetros ligados a Federação Única dos Petroleiros no Brasil.



Fonte: ALVES, 2017; supervisionado pela autora.

Mapa 2 – Sindipetros ligados a Federação Nacional dos Petroleiros no Brasil.



Fonte: ALVES, 2017; supervisionado pela autora.

Verificamos que há a ocorrência de mais de um Sindipetro atuando em um mesmo território, porém afiliados a federações diferentes e isso ocorre de forma harmônica⁹ uma vez que ambas as federações cooperam uma com a outra, fazendo frente ao capital.

De acordo com Duarte (2016), a atividade petrolífera no território brasileiro se baseia sobretudo na exploração de petróleo *offshore* nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo, graças ao Pré-sal, anunciado em 2007 que são jazidas de petróleo e gás natural, que ficam abaixo da camada de sal, a 7 mil metros de profundidade, localizado na costa brasileira, entre os Estados de Santa Catarina e Espírito Santo, o que elevou a produção de petróleo no território brasileiro. Devido a mudança política em 2016, com o impeachment da presidente Dilma, em 31 de agosto, assumiu como presidente seu vice, Michel Temer, afetando o circuito espacial de produção do petróleo intensamente, com a aprovação do projeto de lei nº 131 de 2015¹⁰ em fevereiro de 2016, legitimando o começo das vendas de campos de produção do Pré-sal e a venda da subsidiária Liquigás em novembro de 2016, entre outras vendas de ativos. Segundo Pereira (2016), quando ocorre a venda de subsidiárias da Petrobras, o destino dos trabalhadores é incerto, pois perdem o vínculo com a estatal, alguns são absorvidos pela empresa compradora, outros podem ser transferidos para outras bases da Petrobras, por meio do programa Mobiliza; ou então optam pelo Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) e se desligam da estatal (PEREIRA, 2016), recebendo uma indenização. Os terceirizados são os mais prejudicados, pois com a venda dessas subsidiárias, ocorre uma maior precarização no ambiente de trabalho. Quando as subsidiárias são vendidas para empresas estrangeiras, estas preferem empregar trabalhadores estrangeiros, reduzindo a oferta de empregos para trabalhadores brasileiros (PEREIRA, 2016). De acordo com S. B. C. do Departamento Financeiro do Sindipetro-NF, o terceirizado está mais propenso a sofrer acidentes de trabalho porque exerce, nas plataformas da Bacia de Campos, os piores serviços que também são os mais perigosos. Cerca de 82,3% dos terceirizados, sofrem acidentes de trabalho. Entre as atividades mais arriscadas, temos a troca de *flare* e os terceirizados, são os que mais exercem essa atividade. O *flare* é um dispositivo por onde são expelidos os gases excedentes que são queimados nas plataformas, e durante a troca o trabalhador fica em uma altura elevada e o dispositivo balança o tempo todo, configurando grande risco¹¹. De acordo com S. B. C., tanto o trabalhador concursado quanto o terceirizado têm o direito de recusa, graças ao Anexo II da Norma Regulamentadora NR-30, porém os concursados se sentem muito mais seguros para se recusarem a fazer o serviço do que os terceirizados, por medo de perder o trabalho.

Quadro 3 – Número de acidentes fatais na Bacia de Campos – 1995-1996

TIPOS DE TRABALHADORES	1995	1996
Trabalhadores concursados	3 mortes	5 mortes
Trabalhadores terceirizados	15 mortes	14 mortes

Fonte: Sindipetro NF, 1997; Organização: Maria Cecília Soares Cruz, 2021.

No Quadro 3, podemos constatar que os trabalhadores terceirizados sofrem mais óbitos por acidentes de trabalho do que os concursados, em parte porque as empresas privadas não investem em treinamento e nem em segurança do trabalho (SINDIPETRO, 1997). O Sindipetro atua fiscalizando as plataformas de petróleo, para saber se está tudo em conformidade com as normas de segurança, além disso, denúncia ao Ministério do Trabalho, quando encontra irregularidades¹². Cabe a estatal também tomar medidas contra essas irregularidades, cancelando os contratos com essas empresas e denunciando ao Ministério do Trabalho (SINDIPETRO, 1997).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sindicalismo no Brasil, conforme pudemos observar ao longo do trabalho, sofreu repressão, até a década de 1980, período do auge do movimento sindical no país. O Novo Sindicalismo, liderado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, rompeu com a estrutura sindical engessada, que não buscava lutar de uma forma mais agressiva, sendo assim, passaram a organizar e fazer greves gerais e manifestações em busca de melhores salários e condições de trabalho mais dignas. Atualmente os sindicatos tiveram suas ações reduzidas, devido aos avanços do neoliberalismo, com a inserção das terceirizações, que retiram do trabalhador, vários direitos trabalhistas, onde muitas vezes, eles não têm direito a carteira assinada, recebem menos e as jornadas de trabalho são mais extensas.

Com isso, conseguimos comprovar a hipótese de que, o avanço do neoliberalismo, com a reestruturação produtiva, trouxe consequências graves para o meio trabalhista, com a introdução das terceirizações, fragmentando a luta dos sindicatos. Ainda assim, alguns sindicatos conseguiram reorganizar suas lutas, fazendo frente ao poder hegemônico do capital.

O Sindipetro-NF, principal objeto de análise deste artigo, é um dos sindicatos que busca atender as demandas de seus trabalhadores, lutando pela sua segurança nas plataformas da Bacia de Campos, o que comprovamos ao longo do artigo através de dados que indicam que os

terceirizados sofrem mais acidentes de trabalho do que os trabalhadores efetivos, porque as empresas subcontratadas não dão o treinamento necessário para trabalhar nas plataformas de extração *offshore*. Além disso, não investem em segurança do trabalho, ou seja, não oferecem equipamentos para diminuir os acidentes.

Concluímos que mesmo com a minimização do poder dos sindicatos no território brasileiro, devido ao avanço das terceirizações, engendradas pelo neoliberalismo, alguns sindicatos ainda fazem frente ao capital, por meio de greves e manifestações, em todo o território brasileiro.

NOTAS:

¹ Este artigo é baseado na dissertação de mestrado intitulada, “Território e sindicalismo no Brasil: uma análise a partir do sindicato dos petroleiros do norte fluminense”, concluída no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal Fluminense – Polo de Campos dos Goytacazes, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Silvana Cristina da Silva.

² Pesquisa de Campo, Maria Cecília Soares Cruz, 2016.

³ Atualmente é denominada de Projeto de Lei da Câmara (PLC), Nº 30 de 2015 e está em processo de tramitação no Senado (BRASIL, 2015a).

⁴ Informação obtida através de entrevista com alguns diretores do Sindipetro-NF, concedida a Maria Cecília Soares Cruz, em 20-06-2016.

⁵ Dados obtidos durante entrevista com alguns diretores do Sindipetro-NF, concedida a Maria Cecília Soares Cruz, em 20-06-2016.

⁶ Dados cedidos pelo diretor sindical, Leonardo Ferreira da Silva, em 23-06-2016.

⁷ É um heliporto.

⁸ Os dados sobre a quantidade de Sindipetros foram obtidos nos sites da FUP e FNP (FUP, 2022; FNP, 2022).

⁹ De acordo com o coordenador do Departamento do Setor Privado do Sindipetro-NF, L.S.F., em entrevista concedida a Maria Cecília Soares Cruz, em 20-06-2016.

¹⁰ O Projeto de Lei nº 131 de 2015, defendeu a partilha da exploração do Pré-sal, com empresas privadas (BRASIL, 2015b).

¹¹ Dados obtidos por meio de entrevistas, com os diretores do Sindipetro-NF.

¹² De acordo com L. F. S., coordenador do Departamento do Setor Privado do Sindipetro-NF, em entrevista concedida a Maria Cecília Soares Cruz, em 20-06-2016.

REFERÊNCIAS

ALVES, Leidiana Alonso. **Sindipetros ligados a Federação Nacional dos Petroleiros no Brasil**. Jan. 2017a. Brasil. Supervisionado pela autora.

ALVES, Leidiana Alonso. **Sindipetros ligados a Federação Única dos Petroleiros no Brasil**. Jan. 2017b. Brasil. Supervisionado pela autora.

ALVES, Sandra Priscila. O circuito espacial da produção petrolífera e as suas implicações no território de Guamaré/RN. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS: CRISE, PRAXIS E AUTONOMIA: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E DE ESPERANÇAS, 14., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. 14 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. 95 p. (Coleção Primeiros Passos).

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003. 200 p.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 13-24.

BRASIL. **PLC – Projeto de Lei da Câmara, n.º 30 de 2015**. Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes. Brasília, DF, 16 p. 28 abr. 2015a. Disponível em:

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=120928. Acesso em: 31 mar. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015**. Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que estabelece a participação mínima da Petrobras no consórcio de exploração do pré-sal e a obrigatoriedade de que ela seja responsável pela “condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção”. Brasília, DF, 6 p. 19 mar. 2015b. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120179>. Acesso em: 27 ago. 2016.

CÂMARA MUNICIPAL. **História da Cidade**. 11 out. 2014. Disponível em:

<http://www.camaracampos.rj.gov.br/novo/index.php/about/historia-da-cidade>. Acesso em: 05 jul. 2016.

CARDOSO, Adalberto Moreira. O sindicalismo no Brasil: breve excursão sobre mudanças e permanências. In: SANTOS, Cristiane Duarte Daltro (Org.). **Sindicalismo e relações trabalhistas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, v. 2, n. 2, jul., 2002 (Série Cadernos Adenauer).

CRUZ, José Luis Viana da. **Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970-2000)**. In: PESSANHA, Roberto Moraes; NETO, Romeo Silva (Org.). Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004. 364 p. cap. 2, p. 78-116.

CRUZ, Maria Cecília Soares. **Análise do movimento sindical operário na perspectiva da Geografia Crítica**. Campos dos Goytacazes, 2014. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2014. Disponível em:
<<http://bd.centro.iff.edu.br/jspui/bitstream/123456789/765/3/Texto.pdf>>.

CRUZ, Maria Cecília Soares. CRUZ, Ana Carolina Soares; CRUZ, Igor Soares. **A privatização da Refinaria Landulpho Alves e a precarização do trabalho**. Anais do XII Encontro Nacional sobre Migrações; III Encontro Nacional do GT População e Trabalho e Encontro Nacional do GT População e Gênero / Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP (Organização) – Belo Horizonte, MG: ABEP, 2021. Disponível em:
<<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/3721/3569>>. Acesso em: 15 set. 2022.

CRUZ, Maria Cecília Soares. **O uso do território brasileiro pelos sindicatos: uma análise a partir do Sindicato dos Petroleiros do Norte fluminense (1980-2015)**. Anais do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos/ Associação de Geógrafos Brasileiros – AGB (Organização) – São Luís, MA: AGB, 2016. Disponível em:
<http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468279171_ARQUIVO_TrabalhoENG-MariaCeciliaSoaresCruz.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

CRUZ, Maria Cecília Soares. **Território e sindicalismo no Brasil: uma análise a partir do sindicato dos petroleiros do norte fluminense**. 2017. 136f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2017. Disponível em: <<http://www.ppg.uff.br/wp-content/uploads/2018/03/MARIA-CECILIA-SOARESCRUZ.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2021.

DALLEASTE, Fernanda Soares. **Célula de manufatura: implantação na indústria de componentes eletrônicos**. Porto Alegre, 2011. 87 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/39230/000825136.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobras**. Rio de Janeiro: CPDOC/Petrobras/FGV, 1993.

DUARTE, Luciano. Território usado e circuito espacial produtivo do petróleo: uma proposta de periodização da exploração e produção no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS: A CONSTRUÇÃO DO BRASIL: GEOGRAFIA, AÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA, 16., 2016, São Luís. **Anais...** São Luís: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2016. Disponível em:

<http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468292773_ARQUIVO_LucianoDuarteTrabalhoCompleto_ENG2016.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2017.

FNP - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PETROLEIROS. **Sindicatos da FNP**. Disponível em: <<https://fnppetroleiros.org.br/sindicatos-da-fnp/>>. Acesso em: 21 agosto de 2022.

FERREIRA, Avelino. **Antônio João de Faria** – A vida e as lutas do fundador do primeiro sindicato de trabalhadores rurais do Brasil. 2 ed. Campos dos Goytacazes, RJ: Marka Editora e Gráfica, 2015. 132 p.

FUP - FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS. **Sindicatos filiados**. Disponível em: <<http://www.fup.org.br/sindicatos-filiados>>. Acesso em: 21 agosto de 2022.

IANNI, Octavio. Desenvolvimento e capitalismo nacional. In: IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento econômico no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 119-147.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. A ação sindical de trabalhadores terceirizados na região de Campinas. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 401-427.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de cooperación en el espacio**. In: Aportes para el estudio del espacio socio-económico III. Yanes, L. e Liberali, A. M., (orgs.). Buenos Aires, El Coloquio, 1991. p.153-177.

PALMEIRA SOBRINHO, Zé. **Reestruturação produtiva e terceirização**: o caso dos trabalhadores das empresas contratadas pela Petrobras. Natal, 2006. 259 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. Disponível em: <<ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/ZeuPS.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

PAULA, Amir El Haquim. **A relação entre o Estado e os sindicatos sob uma perspectiva territorial**. São Paulo, 2011. 227 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-29052012-155722/pt-br.php>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

PEREIRA, Cloviomar Caranine. **Efeitos do processo de privatização da Petrobras e a posição dos petroleiros da FUP**. 29 dez. 2016. 28 p. Disponível em: <[http://www.sindipetronf.org.br/publicacoes/noticias/item/8556-petrobr%C3%A1sn%C3%A3o-explica-como-avaliou-os-us\\$-13-bilh%C3%B5es-que-parente-vendeu](http://www.sindipetronf.org.br/publicacoes/noticias/item/8556-petrobr%C3%A1sn%C3%A3o-explica-como-avaliou-os-us$-13-bilh%C3%B5es-que-parente-vendeu)>. Acesso em: 10 fev. 2017¹².

POSE, Florinda de Souza Torreira; SILVA, Wanderson Rosa Zacarias da. Setor sucroenergético e os novos empreendimentos no Norte Fluminense: um novo cenário regional. In: BERNARDES, Júlia Adão; SILVA, Catia Antônia (Org.). **Modernização e território: entre o passado e o presente do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014. p. 23-41.

RODRIGUES, Iram Jacóme. A trajetória do novo sindicalismo. In: RODRIGUES, Iram Jacóme (Org.). **O novo sindicalismo, vinte anos depois**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 74-91.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR., Armando (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 11-42.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2009. 392 p. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura; SOUZA, Maria Adélia A. de (Org.). **Território, globalização e fragmentação**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-20.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 16 ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. 476 p.

SANTOS, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton (Org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 121-134.

SINDIPETRO BA. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.sindipetroba.org.br/2019/o-sindicato/historia/>> . Acesso em: 17 set. 2022.

SINDIPETRO NF. **Os subterrâneos da bacia: as mortes, os riscos e a ilegalidade na exploração e produção de petróleo da Bacia de Campos**. Macaé, RJ: Sindipetro NF, 1997. 86 p.

SINDIPETRO NF. **Histórico**: Sindicato dos Petroleiros existe há cerca de 30 anos. Disponível em: <<https://sindipetronf.org.br/historico/>>. Acesso em 17 set. 2022.

Trabalho aceito em: 09/11/2022